RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Ministra do TSE que vetou púlpito vazio possui histórico de atuação no governo Lula

Estela Aranha, indicada para o TSE, trabalhou como secretária de Direitos Digitais e assessora especial da Presidência.

A ministra Estela Aranha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ganhou destaque ao determinar à TV Globo a proibição de exibir o púlpito vazio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o debate presidencial na quinta-feira. A decisão reacendeu discussões sobre a trajetória profissional da magistrada, indicada por Lula para a Corte eleitoral no ano anterior, e sua atuação prévia na administração petista.

Nomeada ministra do TSE em 1º de agosto de 2025 para um mandato de dois anos, Estela Aranha integrou estruturas importantes do governo anterior. Sua passagem mais notória ocorreu como secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, período em que atuou sob a coordenação de Flávio Dino. Naquela função, conquistou reconhecimento por suas ações incisivas contra as grandes plataformas tecnológicas.

Posteriormente, a magistrada foi designada assessora especial da Presidência da República, atuando na assessoria internacional da instituição, que era comandada pelo ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.



PT assinou ata com regra que previa cadeira vazia para ausência em debate

A experiência profissional de Aranha se estende ainda a outros setores. Integrou o gabinete da Presidência do TSE em 2025, quando este era dirigido pela ministra Cármen Lúcia. Também compôs o Conselho Consultivo de Nível Estratégico da ONU dedicado a Inteligência Artificial e presidiu as comissões de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB no estado do Rio de Janeiro.



"Quem Ama Cuida" volta a ser exibida após debate ser cancelado

Formada em Direito pela Universidade de São Paulo em 1999, Estela realizou especialização em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce o papel de conselheira da OAB-RJ, sendo anteriormente responsável pela Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da mesma organização, além de coordenadora do Núcleo de Proteção de Dados do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

Sua atuação acadêmica é igualmente significativa. Dirigiu o Núcleo de Estudos Avançados do IBCCRIM e lecionou em instituições de relevo como Escola Superior de Advocacia do Rio de Janeiro, Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escola de Processo Digital e programas de pós-graduação em Direito Digital do IDP. Suas especialidades concentram-se em direito digital e inteligência artificial.



Análise: Alas do STF e TSE escancaram decisões pró-Lula

A Decisão sobre o Púlpito Vazio

Ao barrar que a emissora televisiva apresentasse uma cadeira desocupada no espaço destinado ao chefe do executivo e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o evento de debate na quinta, a ministra justificou que a visualização da cadeira vazia geraria impactos "que ultrapassam meramente a comunicação ao corpo eleitoral sobre a ausência do participante", representando "risco de prejuízo" a poucos dias do pleito eleitoral de primeiro turno.

A determinação foi concedida em regime de emergência, estabelecendo penalidades monetárias para eventual inobservância da ordem judicial.